



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

1

## **Regionalismo e Integração na América do Sul, de hoje:**

**veículo para um desenvolvimento equitativo e de promoção de uma governação ética da globalização?\***

Augusto Rogério Leitão

Universidade de Coimbra

[arleitao@fe.uc.pt](mailto:arleitao@fe.uc.pt)

### Introdução.

No âmbito deste grupo de trabalho, cujo tema é “Governança Transnacional, Articulações e Resistências”, intervir através de uma comunicação acerca do “Regionalismo e Integração na América do Sul de hoje” visa, fundamentalmente, avaliar os formatos da atuação dos Estados deste continente (ou se preferirem sub-continente) nestas dinâmicas particulares de cooperação internacional e os respetivos sentidos. E, muito especialmente, da ação do Brasil que, como potência regional, tem revelado e demonstrado um ativismo, quase militante, em prol da integração regional, isto é, da ‘autonomização’ desta região-continente, antes de tudo, no concerto das Américas. Mas, também, enquanto potência internacional ‘emergente’, o Brasil e sua diplomacia têm patentado o objetivo de instituir um modelo de governança regional que sirva, simultaneamente, de argumento e fundamentação à sua ação na cena internacional visando uma redefinição dos contornos de um (novo) regime de governança mundial, onde as questões do desenvolvimento equitativo e das relações Norte-Sul passem a ser centrais.

Este “paper” resulta e integra-se numa investigação que estamos realizando sobre as relações da Europa (União Europeia) com os processos de integração económica desenvolvidos na América Latina, muito especialmente com o Mercosul. Ora, essas relações conhecem hoje, ou melhor, de há uns anos para cá, um novo ciclo caracterizado pelo fim da liderança estratégica da União Europeia (UE), e do seu projeto de

---

\* O trabalho de investigação que vimos desenvolvendo nestas matérias, tem tido o apoio da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), quer no âmbito do NICPRI (Núcleo de Investigação de Ciência Política e Relações Internacionais), do qual o autor é investigador, quer no quadro de uma bolsa sabática que lhe foi atribuída.



2

“integração aberta”, e pela afirmação de uma nova liderança, agora regional, assumida pelo Brasil, no âmbito da América do Sul, que vem veiculando novas ideias, valores e concepções acerca do regionalismo e da sua projecção internacional.

Nessa investigação procuramos analisar as novas dinâmicas políticas, e respetivas estruturações, que investiram a integração regional da América do Sul, assim como as que subjazem ao actual desempenho da política externa brasileira. Tendo como base o estudo dos processos sociopolíticos e económicos, procuramos identificar as ideias, as representações e os conceitos estratégicos básicos, que enformam tais dinâmicas, difundidos pelos discursos dos líderes políticos, inscritos e (re)trabalhados pelas respetivas práticas diplomáticas. O objectivo final dessa nossa investigação será o de tentar compreender/explicar, por um lado, as características dos desenvolvimentos da nova conformação da política externa da União Europeia (hoje, em plena crise financeira e económica) em relação à América Latina (Trein;Cavalcanti:2007) e ao regionalismo em geral e, simultaneamente, o sentido da actual reconfiguração regional da América do Sul e das suas dinâmicas ‘autonomistas’.

Nesta comunicação procuraremos, numa primeira parte, caracterizar, muito sinteticamente, certas dimensões do sistema-mundo em que vivemos e no qual os Estados atuam e se posicionam, uns mais do que outros. Embora saibamos que nas dinâmicas e processos internacionais intervêm outros atores não-estaduais ( a nível local, sub-regional, regional e global) e, particularmente, na América Latina, cujas atuações concernem, também, direta ou/e indiretamente, a governança da globalização liberal-capitalista (Amorim; Árias:2009);(Santos:2005b).

Contudo, uma vez que esta nossa análise se centrará no nível das políticas externas, salientaremos, sobretudo, o papel dos Estados, ou melhor, de alguns Estados que, nesta região do mundo, têm desempenhado um papel importante em relação ao processo de integração regional. A importância do nível inter-estadual, nesta região, resulta não só de uma tradição, hoje renovada, de um ‘soberanismo’ popular ‘autonomista’, mas também em razão de uma praxis generalizada denominada de “diplomacia Presidencial”.



3

Na segunda parte, analisaremos, também muito resumidamente, os desenvolvimentos do regionalismo e da integração, durante a última década, na América do Sul e o papel do Brasil do Presidente Lula da Silva nas dinâmicas e configuração desses processos. Ainda que tais processos sejam atravessados por posições políticas e ideológicas diferentes, e por vezes divergentes, parecem, contudo, constituir, hoje, uma matriz cujos valores e princípios conformam um ‘interesse comum’, assente no reforço da autonomia da América do Sul e num projeto de “bien viver” para todos os povos da região.

### **I – Da globalização liberal (e hegemónica) à globalização capitalista multipolar**

A atual conjuntura internacional distingue-se, nos planos económico-financeiro e mesmo político, por uma indefinição e, mesmo, por uma fragmentação característica de um período de transição. Desde logo, porque a globalização liberal-capitalista tende a atenuar a sua dimensão hegemónica e a reconfigurar-se como multipolar, onde sobressaem ‘países emergentes’, como Brasil, China, Índia, África do Sul e Turquia, a comandar os índices em matéria de produção, de reservas financeiras, de capitalização e de fundos. Constatando-se, também, que esta polarização da globalização capitalista tende a reestruturar-se à volta de eixos regionais liderados por cada um dos países ‘emergente’ e, ainda, por algumas ‘velhas’ potências do capitalismo ocidental, tais como os EUA, na região norte-americana, e a Alemanha, no continente europeu, apesar da crise que atravessa (o “capitalismo euro-atlântico”). E tal tendência, à fragmentação da globalização liberal capitalista, tem vindo a reforçar a intensidade da questão da necessidade de um novo tipo de governança mundial, não só a nível económico-financeiro, mas também político (Sawaya: 2009).

Ora, com o patamar atingido pela globalização económica e financeira a partir dos finais dos anos 70, mais particularmente durante a década de 80 do século passado, e com o fim da Guerra fria e da consequente “vitória universal do capitalismo” e dos EUA, a sua dimensão hegemónica e planetária saiu ainda mais reforçada. Ao mesmo tempo que grande parte da sua regulação internacional (comércio de mercadorias, de serviços e propriedade intelectual) se institucionalizava através dos acordos de Marrakech de 1994 e da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, projetos estes liderados pelos EUA e pela UE.



4

A ideologia neo-liberal, que sustentou esta fase da globalização e respetivas dinâmicas, defenderá que a lógica que vinha presidindo à liberalização internacional do comércio e da circulação do capital deveria impor-se aos governos dos Estados e, muito especialmente, às suas políticas relativas aos seus mercados nacionais e à economia em geral. Daí que o modelo do ‘funcionamento livre do mercado’ passasse a constituir a matriz do tipo de governação a adoptar pelos governos dos Estados (“corporate governance”), acompanhado de uma crítica sistemática da atuação do Estado social e das suas políticas públicas, assumindo tal ideologia, por vezes, contornos ‘fundamentalistas’<sup>1</sup>. Para muitos destes neo-liberais, a governança global seria engendrada pela “coexistência cooperativa” entre entidades privadas e públicas, estas desprovidas de “rigidez estadual” (Dulci: 2009).

Aos países em desenvolvimento, como o Brasil, Argentina, México e outros, os princípios desta globalização liberal-capitalista serão impostos, a nível interno, com a conviência, por vezes eufórica, de certas fações das suas burguesias (os casos da Argentina e do México), pelo Consenso de Washington e pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), bem como pelos “doadores-credores”, isto é, pelos EUA, União Europeia e os seus países membros mais ricos e poderosos. E todos conhecemos as consequências económico-sociais destes “ajustamentos” neo-liberais, especialmente as populações de muitos países da África e da América Latina.

Após quase uma década de “hegemonia benevolente”, dirigida pela Administração Clinton - período que eu costumo denominar de ‘grande consenso do Norte Atlântico’ -, os primeiros anos do século XXI, no entanto, serão ricos em eventos que abalarão os equilíbrios do sistema internacional e a governação hegemónica da globalização capitalista. Relembremos, assim, o 11 de Setembro de 2001, a “guerra contra o terrorismo”, o unilateralismo radical da Administração de W. Bush, a invasão do Iraque,

---

<sup>1</sup> “Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar ‘mínimo’, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infra-estrutura económica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados.” (Bresser-Pereira:2009;8)



5

em 2003, e o consequente desprestígio e enfraquecimento da hiper-potência norte-americana, em termos de influência e ação no tabuleiro do poder internacional.

Nesse mesmo contexto, e, concomitantemente, a partir de 2003, instala-se um novo ciclo de crise do capitalismo ocidental, com a tendência para a estagnação do crescimento das suas economias, isto é, da reprodução do capital (Chesnais; Duménil; Lévy; Wallerstein:2003). Tal crise acabará por explodir, como é sabido, sob forma de “bolhas” e de “krachs” financeiros, a partir de 2007, e prolonga-se, até hoje, agora sob o formato de défices e de dívidas soberanas colossais.

Ora, será, também, nesse mesmo contexto, que iremos assistir ao acelerar dum movimento de revisão de certos princípios da globalização liberal-capitalista, desde logo por parte das IFI e do G8, em razão, sobretudo, dos seus efeitos, por vezes catastróficos, de desfasamento e exclusão em relação aos países da periferia e das suas consequências a nível da segurança internacional<sup>2</sup>. Tanto o FMI, como o Banco Mundial passam a reconhecer que o Estado e as instituições públicas desempenham um papel importante em certas dinâmicas dos processos de desenvolvimento, que o mercado não é a condição suficiente do desenvolvimento e que é necessário políticas públicas para o alcançar. Por sua vez, os temas da luta contra pobreza e contra a fome no mundo, inscritos nos Objetivos do Millenium da ONU, passam também a fazer parte das agendas das IFI e do G8, em parte, também, graças a ação internacional do Presidente Lula (Lula:2003c), passando a defender-se como legítimas certas políticas de redistribuição de renda e de património, enquanto meio de corrigir as deficiências e ‘incorrecções’ do funcionamento da economia de mercado capitalista.

Finalmente, e de novo muito resumidamente, resta-nos constatar que a questão do desenvolvimento recupera a sua natureza política – mesmo se do ponto de vista do capitalismo ocidental ela será inscrita na questão da segurança internacional – e passa a depender de “boas políticas” por parte de um Estado “digno e honesto” (“Estado de Direito, garantindo, em especial, a propriedade e o cumprimento dos contratos”), inserido, de qualquer modo, na dinâmica do capitalismo global. Na realidade, a

---

<sup>2</sup> Na Cúpula do G-8, em Évian, França, de Junho de 2003, G. W. Bush proclamou, com o especial apoio dos seus parceiros ocidentais, a necessidade de desenvolver a cooperação internacional nas questões relativas ao desenvolvimento e ao comércio, como meio de reforçar a segurança internacional.



6

ideologia neo-liberal procura, desta forma, reorganizar os seus axiomas, inscrevendo-os num “paradigma de segurança”, no qual a atividade humana deveria ficar subordinada a esse primordial objetivo.

Ora, será, também, nesse contexto – de revisão das regras da economia capitalista, com vista à sua ‘exportação’ para os países subdesenvolvidos – que certos países da periferia mais industrializados, tais como o Brasil, Índia e África do Sul, adoptarão uma posição pragmática: aceitarão a globalização liberal-capitalista, sem, contudo, renunciarem a desenvolver políticas públicas, muitas delas condenadas pela cartilha neo-liberal, mesmo na sua versão mais “humanista”.

O reforço de poder destes países<sup>3</sup>, quer a nível da negociação internacional, quer a nível da sua inserção no sistema internacional, permitir-lhes-á “reafirmar o direito à diversidade dos modelos de desenvolvimento sem contestar, contudo, a sua inserção no sistema capitalista global” (Coussy:2003;52). A afirmação de autonomia por parte desses países promoverá a reestruturação das relações Sul-Sul (cooperação horizontal entre países emergentes) e a cooperação para o desenvolvimento com os ‘países menos avançados’ (PMA) – eufemismo que serve para designar os países mais pobres do planeta –, domínio, aliás, onde o Brasil tem vindo a desempenhar um papel de relevo (Fonseca:2008).

Nesta conjuntura de instabilidade do equilíbrio do tabuleiro do poder global, surgirão novas oportunidades e brechas permitindo o reforço da inserção destes novos atores estaduais ‘emergentes’ no sistema internacional. E o Brasil, durante os governos do Presidente Lula da Silva, desempenhará um papel muito ativo, e por vezes decisivo, ao despoletar novas dinâmicas que gerarão alianças e coligações (coalizões) entre os chamados países do Sul. Assistiremos, deste modo, ao florescimento da criação de “clubes” ou “grémios”, muitos de natureza informal e alguns com dimensões institucionais, que procurarão influenciar os processos internacionais de decisão,

---

<sup>3</sup> Jean Coussy acrescenta que “o pragmatismo e o poder de negociação (barganha) destes países permitiu-lhes atrair capitais impondo, contudo, controlos; de aderir à OMC, antes de terem adoptado todas as normas exigidas; de manifestar reticências relativamente às patentes e à propriedade intelectual; de negociar duramente com as empresas farmacêuticas; de influenciar os preços mundiais através de encomendas agrupadas; de adoptar e implementar políticas sociais e de se apoiar mutuamente na defesa do poder do respetivo Estado, como expressão da sua autonomia de decisão” (2003;52) (tradução livre).



7

expressando, simultaneamente, insatisfação perante o sistema multilateral, tal como está atualmente organizado (Oliveira: 2005).

Teremos, então, a criação, entre outros: o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), baseado na experiência adquirida no contencioso das patentes farmacêuticas contra os EUA e que na sua declaração fundacional (“Declaração de Brasília”), de Junho de 2003, pretendeu, nomeadamente, posicionar-se em relação às conclusões do G8, proferidas dias antes em Évian; o G20 (comercial) dos países em desenvolvimento, desenhado aquando da V Cimeira Ministerial da OMC de Setembro de 2003, em Cancún, à volta da questão das subvenções agrícolas dos EUA e da Europa, que continua, aliás, de atualidade no desenlace das negociações da agenda Doha; as Cimeiras (Cúpulas) dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a partir de 2009, hoje BRICAS porque o grupo se abriu à África do Sul na sua última reunião, na China, em Abril de 2011; o G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) criado em 2004, visando a reforma do Conselho de Segurança da ONU de modo a refletir a realidade internacional do século XXI, tornando-o mais representativo, nomeadamente, através da inserção permanente de países em desenvolvimento, isto é, do Brasil e da Índia; enfim, o G20 (financeiro) que, em 2008, passa a revestir também a formação de Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em resultado da atual crise financeira. O G8 procurou, assim, que países em desenvolvimento, já cooptados, em 1999, como sendo sistemicamente os mais importantes para este tipo de cooperação (G20- financeiro)<sup>4</sup>, passassem a participar ao mais alto nível, na “construção de uma nova arquitetura financeira internacional” e, subsidiariamente, também em alguns temas da sua agenda política.

Assistiremos também a outros tipos de mobilização na cena internacional, sobretudo às que se propõem promover e reforçar a cooperação e o diálogo Sul-Sul, tais como as Cimeiras (Cúpulas) China-África, América do Sul-África, América do Sul-Países Árabes, Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, etc. E, de facto, tais mobilizações têm permitido, antes de tudo, a muitos desses países participantes, diversificar os parceiros económicos, sobretudo numa conjuntura em que os seus mercados tradicionais, isto é, EUA e a Europa, se encontram fortemente deprimidos (Saraiva: 2007).

---

<sup>4</sup> O G-20 (financeiro) foi estabelecido em 1999, em consequência das repetidas crises de balança de pagamento das economias emergentes durante a segunda metade da década de 1990.



8

Na realidade, estas diplomacias de ‘clubes’ ou ‘grêmios’, juntamente com a da Cimeiras (Cúpulas) e Fóruns, têm funcionado como plataformas de consulta e coordenação e, igualmente, como meio de aprofundar a cooperação entre os países do Sul. Por outro lado, os países ‘Bricas’, e, particularmente, o Brasil, procuram, através desta aliança, reforçar a sua projeção como potências mundiais, preservando, na medida do possível, a sua independência e autonomia de acção perante as grandes potências ocidentais, sem, por isso, porem em causa as parcerias estratégicas precedentemente estabelecidas com essa mesmas potências.

É certo, por outro lado, que estes países emergentes têm muitas diferenças (políticas, económicas, culturais, etc.) e interesses divergentes. Contudo, o que sobretudo os aproxima é uma vontade política de integração plena nos processos internacionais de decisão, ao mesmo tempo que veiculam e reivindicam, uns mais do que outros, novos valores e projetos que deveriam presidir à reorganização da governança global.

Com efeito, logo no início do seu mandato, o Presidente Lula, no Fórum Económico Mundial de Davos, de Janeiro de 2003, avisou a ‘distinta’ plateia de que era “absolutamente necessário reconstruir a ordem económica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que o ser humano foi capaz de produzir” (Lula:2003a). E de facto, a política externa dos governos Lula erigirá o desenvolvimento como valor universal e, em consequência, o combate à fome, à pobreza e à exclusão social como a missão primordial da comunidade internacional. Mas, a realização de tal missão só será possível com a reorganização do sistema internacional e da sua governação fundada em novos princípios e valores: “é necessário, também, uma nova ética. Não basta que os valores do humanismo sejam proclamados, é preciso que eles prevaleçam nas relações entre os países e os povos” (Lula:2003a). E nesse sentido, o Brasil do Presidente Lula comprometeu-se começar logo por “aprofundar suas relações com os países da América do Sul, desenvolvendo com eles uma integração económica, comercial, social e política” (Lula:2003a).

## **II – Regionalismo e Integração na América do Sul, de hoje**



9

A partir de finais de 2001, a América Latina, e muito especialmente a América do Sul, deixa de ocupar um lugar de relevo na agenda dos EUA, porque centrados na “guerra contra o terrorismo” e contra os “Estados párias”. Daí constatar-se uma certa ‘descompressão’ norte-americana em relação aos países da América do Sul, com excepção da Colômbia do Presidente Uribe que manteve um estatuto de “pressão conivente”. Será, pois, neste contexto de ‘descompressão’, inserido, por sua vez, no contexto mais amplo de instabilidade do equilíbrio da balança do poder global, já referido, que a América do Sul conhecerá novas dinâmicas tendendo, antes de tudo, à sua autonomização no concerto das Américas.

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a política externa brasileira, até aí assente numa matriz neo-liberal de inserção internacional, quer a nível político, quer a nível económico, conhecerá certas correcções, revelando estas um certo esgotamento do modelo até aí dominante. Desde logo, porque a crise financeira e monetária vivida pelo Brasil, entre 1998 e 2000, revelou uma grande vulnerabilidade externa do país, obrigando-o a recorrer ao FMI, ao Tesouro dos Estados Unidos e ao Presidente Clinton, cuja ajuda directa permitiu evitar o colapso financeiro e a espiral inflacionária que se prenunciava (Vigevani;Oliveira;Cintra:2003).

Além disso, e de novo muito resumidamente, o Brasil de FHC foi confrontado com uma Argentina que adotará uma política de paridade com o dólar e que, deste modo, pôs a nu a fragilidade do Mercosul. Mas, também, porque este último país, além de secretamente ter negociado com os EUA uma espécie de ‘parceria’, que podemos qualificar de extra-regional com a OTAN (“special partners”), fechará as suas fronteiras a certos produtos brasileiros quando o Real, em resposta à crise financeira, entrou num regime de flutuação cambial. Deste modo, o Mercosul entrou em crise profunda, ao mesmo tempo que a Argentina será arrastada para uma catástrofe económica e política gravíssima (Cunha;Ferrari:2009).

Assim, nos dois últimos anos do governo de FHC (2000-2002), a diplomacia brasileira desenvolveu uma significativa agenda dirigida para a América do Sul, como forma de contornar a crise do Mercosul, mantendo, contudo, o objectivo da integração económica



10 regional, mas expandindo-o a outros países num quadro mais alargado. Procurou aumentar o seu espaço de manobra em relação à Argentina e ao Mercosul e, simultaneamente, recuperar uma certa margem de autonomia face aos EUA de G. W. Bush, passando a criticar certos aspectos da política externa da hiper-potência que, além disso, ainda parecia querer continuar com o projeto da ALCA<sup>5</sup> (Vizentini:2005).

A configuração de uma política externa em direção à América do Sul passou a revestir uma dimensão político-estratégica, que será depois aprofundada pelos governos do Presidente Lula da Silva e, de forma muito ativa, pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (Amorim:2009).

O primeiro grande passo nesse sentido será dado com a realização da primeira Cimeira de Presidentes Sul-Americanos, em Brasília, em Setembro de 2000, presidida pelo Presidente FHC. Esta foi a primeira vez que os doze Estados da América do Sul se reuniram com o objectivo de criar um espaço comum de diálogo, desenvolvimento e estabilidade, através de políticas de integração regional e outras cooperações (Spektor:2010).

E nessa primeira cimeira criou-se a ‘Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana’ (IIRSA), com o objectivo de promover a integração física da região (transporte, energia e telecomunicações), apoiada por instituições financeiras sul-americanas e discutiu-se o projeto de desenvolver uma zona de livre comércio regional, tendo como base um acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina que passaria a ser a espinha dorsal da América do Sul, enquanto espaço económico ampliado.

O Presidente Lula da Silva, logo na sua tomada de posse, em Janeiro de 2003, definia a sua política externa do modo seguinte: “a grande prioridade durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. E acrescentou que tanto o Mercosul, como a integração da América do Sul constituíam para o Brasil um “projeto político” (Lula:2003b).

Podemos afirmar que este será um dos traços mais salientes – a centralidade da América do Sul – de continuidade da política externa brasileira, entre os finais do segundo

---

<sup>5</sup> O projeto da ALCA (Área de Livre Comércio da Américas) foi especialmente promovido pelo Presidente Clinton na Cimeira das Américas, em Miami, em 1994 e abandonado, na prática, na Cimeira em Mar del Plata, na Argentina, em Novembro de 2005.



11

governo de FHC e os dois posteriores governos de Lula da Silva. Contudo, a política externa deste último altera o enfoque, reforçando a dimensão política e estratégica do projeto de integração da América do Sul, enquanto projeto político e meio de afirmação e da ação do Brasil na cena internacional e do seu plano de desenvolvimento económico e social (Vigevani:2009).

Na III Cimeira de Presidentes da América do Sul, de Dezembro de 2004, é instituída a ‘Comunidade Sul-Americana de Nações’ (‘Casa’), tendo como objectivos centrais a criação de uma zona de livre comércio, baseada no então recente “Acordo complementar para a implementação de uma Zona de Livre Comércio entre a Comunidade Andina (‘CAN’) e o Mercado Comum do Sul (‘Mercosul’)” e no reforço do projeto da integração física, energética e de comunicações da região sul-americana.

O que levou o Presidente Lula a afirmar, logo a seguir, que a criação da ‘Casa’, “paralelamente aos avanços do Mercosul”, não é apenas obra do Brasil, pois, resulta de uma “compreensão de todos os países de que, se durante 500 anos acreditamos que os benefícios para o nosso desenvolvimento viriam do Norte, agora há a consciência de que nós precisamos começar a resolver os nossos problemas e não ficar dependentes das promessas dos países desenvolvidos que, dificilmente, chegam a se concretizar” (2005).

Deste modo, o Presidente Lula explicita a necessidade para a América do Sul de um processo de cooperação e desenvolvimento “auto-centrado”. E, nesse sentido, será dado um novo passo, em 2008, transformando-se a ‘Casa’ em ‘União de Nações Sul-Americanas’ (‘Unasul’), constituída pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela (membros do Mercosul), Bolívia, Colômbia, Peru, Equador (membros da CAN), Chile, Guiana e Suriname, e cujos objectivos vão “para além do comércio”, incluindo temas como a luta contra a pobreza, o desenvolvimento produtivo, integração equitativa, a criação do Banco do Sul, a criação dum parlamento, ambiente, segurança social e saúde e protecção dos povos originários (Cienfuegos;Sanahuja:2010).

E adjacente à Unasul instituiu-se, sob proposta do Brasil, um ‘Conselho de Defesa Sul-Americano’, com funções de coordenação e de fórum de resolução de conflitos entre os Estados membros, através da negociação e do diálogo político. Conselho este que já estabeleceu alguns princípios em relação à segurança e defesa da América do Sul, tais como: “os problemas da democracia de um país sul-americano dizem respeito a todos os



12

outros” e “a presença de forças militares estrangeiras não pode, com os seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e a integridade de qualquer nação sul-americana e conseqüentemente a paz e segurança na região” (Declarações de Moneda, 2008 e de Bariloche, 2009). Esta dimensão de segurança e defesa da integração regional sul-americana, que conhecerá, seguramente, novos desenvolvimentos, traduz a dimensão política defensiva deste processo – evitar que acontecimentos nos e entre Estados da região despertem reflexos idiossincráticos norte-americanos expressivos da “Doutrina Monroe” (Saint-Pierre:2009).

A Unasul pretende tornar-se na plataforma preferencial da inserção e afirmação internacional da região e, ao mesmo tempo, num projeto político que visa a integração política, económica, social, cultural, pelo meio da institucionalização de um multilateralismo regional, composto de uma vasta rede de cooperações multilaterais de densidade variada (Garcia:2010). Em certa medida, vai ao encontro daquilo que defendiam os Presidentes Morales, em 2006, “forjar una verdadera integración para vivir bien y uno acuerdo que haga de la Comunidad Sudamericana de Naciones un verdadero bloco sudamericano a nível político, económico, social y cultural” e Correa, em 2007, “una integración en los proyectos energéticos, en la coordinación de iniciativas de seguridad y defensa, en matéria cultural y ambiental, mucho mais que en matéria de comercio”. E, de facto, constata-se um certo compromisso com a peculiar ideologia contra-hegemónica da ‘Alternativa Bolivariana para las Américas’ (‘ALBA’), da qual fazem parte três países sul-americanos, a Venezuela, a Bolívia e o Equador (Granato; Oddone:2010).

A Unasul passaria, então, a ser a cúpula e o centro deste novo multilateralismo regional: “a consolidação da Unasul e o dinamismo dos seus Conselhos a serviço de um desenvolvimento autónomo e de uma inserção soberana da região, com a contribuição de cada Estado a partir de suas identidades e questões próprias, constituem um grande desafio para a segunda década do milénio” (Sarti:2011). Daí que o Presidente Lula tenha afirmado, aquando da criação da Unasul, em Maio de 2008: “uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo (...) não será mais um mero conceito



13

geográfico”<sup>6</sup>. E, na verdade, o Brasil conseguiu contagiar uma dinâmica de forte revalorização da integração regional e convencer a maior parte dos seus parceiros a inscrever essa dinâmica nas suas políticas externas. E, concomitantemente, enquanto potência mais rica, não se coibiu de arcar com certos custos do projeto integracionista (“paymaster”): por exemplo, a sua participação financeira nos Fundos estruturais do Mercosul (‘FOCEM’ e outros) e a ação do seu BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), em especial, na América Latina (Saraiva:2010). Transparece, pois, e, sobretudo, com o regresso do Estado ao centro da arena política, social e económica das sociedades sul-americanas, uma vontade, para uns de ruptura com o imperialismo norte-americano; para outros de “ir muito mais além” do modelo da “integração aberta”, prisioneiro da lógica neo-liberal da globalização, ainda hoje defendido por alguns atores privados e institucionais e que fora ‘exportado’ para a América Latina, em especial, pela União Europeia, a partir de meados dos anos ‘90 do século passado.

Trata-se, antes de tudo, duma dinâmica que visa a construção dum regionalismo renovado, que alguns apelidam de ‘pós-liberal’, e que eu denominaria antes de ‘pós-neo-liberal’. Com efeito, a Unasul visa estabelecer “um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, económico e político entre os seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconómica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”<sup>7</sup> (Ruiz:2010). Daí que não tenha sido uma surpresa que o recentemente eleito Presidente do Peru, Ollanta Humala, tenha afirmado: “Vamos participar com entusiasmo da consolidação da unidade latino-americana. O fortalecimento da Unasul será uma prioridade de nossa política externa”<sup>8</sup>.

De todo o modo, como diz J. L. Fiori “tudo indica que a América Latina e o Brasil estão vivendo (...) momentos de ‘revolução intelectual’, e de mudança da sua forma de olhar

<sup>6</sup> <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/maio/criacao-da-unasul-muda-geopolitica-da-america-do-sul-diz-lula/>. Acesso em 03/04/2011.

<sup>7</sup> Artigo 2º do Tratado Constitutivo da UNASUL.

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao jornal argentino ‘Página/12’, traduzida e transcrita em ‘Carta Maior’ de 4/6/20011 ([www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)). Acesso em 8/06/2011.



14

para si mesmo e para o mundo”, acrescentando ainda que já se pode falar de “uma ‘revolução intelectual’ e de um novo ‘paradigma’, porque já se consolidou uma nova maneira do continente olhar para si mesmo, para o mundo e para os seus desafios, assumidos como oportunidades e como escolhas, que devem ser feitas, a partir de sua própria identidade, e de seus próprios interesses” (2010).

### III – Conclusões

Hoje, qualquer conclusão ou balanço é, necessariamente, provisório. Desde logo, por que, apesar das dinâmicas de integração regional desenvolvidas na América do Sul se apresentarem com algumas facetas consolidadas, o contexto de crise do capitalismo ocidental, isto é, do Hemisfério Norte<sup>9</sup> revela ainda: uma fragmentação das suas bases hegemónicas, acompanhada, por parte de algumas das suas potências, por políticas externas ofensivas e quase de sobrevivência (p. ex., o caso da guerra na Líbia e os imbróglis do ‘colonialismo pós-moderno’ que a África subsaariana vem vivendo), que acabam, por criar e reforçar instabilidades internacionais, cujos efeitos, em termos sistémicos, são difíceis de avaliar. E, tal como dizia Perry Anderson, “historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa” (1995;23).

Mas podemos, contudo, constatar já que os processos de integração regional da América do Sul têm vindo a constituir, para os Estados implicados, uma opção de política interna e externa, visando favorecer um desenvolvimento equitativo e manter e reforçar uma margem ampla de autonomia nas dinâmicas de inserção internacional. E, com efeito, a Unasul tem vindo a implementar e a desenvolver plataformas de coordenação das políticas públicas (‘para além do comércio’) dos seus membros, como, por exemplo, os Conselhos energético, de saúde, de desenvolvimento social, de infra-estruturas e planeamento, de educação, ciência, cultura, tecnologia e inovação, etc.

Quanto ao Mercosul<sup>10</sup>, que foi, muitas vezes, apresentado, durante a presidência de Lula, como uma área estratégica para o Brasil, se conheceu, por um lado, certos avanços (‘para além do comércio’), com o desenvolvimento das suas dimensões sociais, culturais, científicas e, também, política, com a instalação do seu Parlamento; por outro

---

<sup>9</sup> Não esquecendo o Japão que atravessa a maior crise, ou melhor, catástrofe do modelo de crescimento industrial.

<sup>10</sup> Sem referir a CAN que se encontra num processo de estagnação e de fragmentação, prenunciando, aliás, a sua extinção ou diluição.



15

lado, também é certo que o seu grande objetivo a nível do comércio comum – o da instituição de uma União aduaneira – continua em suspenso, agravado, recorrentemente, por contenciosos comerciais e fronteiriços entre os seus membros<sup>11</sup> (Saraiva; Ruiz:2009).

Mas, também, teremos de constatar, e de sublinhar, que o Brasil de Lula e a sua ‘militante’ diplomacia, quer isoladamente, quer através da diplomacia de ‘clubes’ e de Cúpulas e Fóruns, conseguiram abrir brechas, e, por vezes, ampliá-las, em relação à grande questão dos princípios que deverão guiar (e enformar) a reorganização da governança global (Daudelin:2010).

Contudo, apesar do estado de debilidade que atravessam, as potências ocidentais do G7+1 continuam a reivindicar o comando dos destinos do Mundo e a pretender impor as suas agendas, nomeadamente, aos restantes países que formam o G20. A última expressão dessa vontade foi manifestada por Barack Obama, no seu discurso no Parlamento britânico, em 24 de Maio de 2011, nas vésperas da última Cimeira do G8<sup>12</sup>, em Deauville, na França, ao defender que a aliança entre os Estados Unidos e os seus aliados europeus é, hoje, “mais do que nunca indispensável”. E, ainda, rejeitando os argumentos segundo os quais a emergência de países como a China, Índia ou Brasil diminuía a influência no mundo da aliança euro-americana, proclamou: “Esses argumentos estão errados. O momento para a nossa liderança é agora”<sup>13</sup>.

Este facto – retórico, é certo – parece confirmar, no entanto, a posição de alguns autores que pensam e defendem que, mesmo apesar das turbulências do atual período de reorganização da globalização liberal-capitalista, os EUA continuarão “como pivô do sistema mundial nas próximas duas décadas, pelo menos”<sup>14</sup> (Fiori:2011;30). Contudo,

---

<sup>11</sup> Veja-se o muito recente conflito entre o Brasil e Argentina relativo à aplicação do regime de ‘licenças não automáticas de importação’. Cf. os jornais ‘Folha de S. Paulo’ (28/05/2011), ‘O Globo’ (02/06/2011) e ‘Le Monde’ (19/05/2011): este último fala mesmo de uma “guerra comercial”, através da qual a Argentina visaria, em particular, proteger a sua renascente indústria de automóveis.

<sup>12</sup> Que se centrou sobre as políticas de ajuda e cooperação com os países do Norte de África.

<sup>13</sup> Jornal ‘Público’ de 25/05/2011.

<sup>14</sup> De facto, J. L. Fiori e a sua escola têm defendido – em oposição (em termos de análise sistémica, não ideológica) às doutrinas de Wallerstein e de Arrighi, segundo as quais o sistema internacional estaria em presença de uma «crise terminal» do poder americano – que o momento atual não é teórica ou empiricamente comparável a momentos análogos de outras dominações hegemónicas. Daí que defendam que o poder americano não está em declínio; pelo contrário: nos últimos anos do século vinte e no princípio do século vinte e um, o poder político e económico dos Estados Unidos, em termos agregados,



16

este mesmo autor, reconhece a importância do novo regionalismo sul-americano e do papel do Brasil e da sua política externa – “único país da região que tem capacidade e possibilidade de construir um caminho novo dentro do continente” (2011;34) –, na medida em estas dinâmicas visem uma integração ‘auto-centrada’, permitindo, ao Estado e à região, autonomia de decisão estratégica, a nível económico, político e de segurança. Mas, para isso, segundo Fiori, serão “necessárias uma decisão de Estado e uma capacidade colectiva de manter em pé o projeto integracionista” (2011;34).

Na verdade, a dimensão fundamental da “capacidade colectiva”, que está ausente na nossa comunicação – mas presente no espírito do autor – porque muito centrada, como já foi dito, no sistema interestadual mundial e no subsistema sul-americano, é e será decisiva para manter e reforçar as dinâmicas sociais, económicas e políticas deste regionalismo peculiar e do seu projeto estratégico de transformação da governança regional e, conseqüentemente, da governança global.

Mas, como diz Boaventura de Sousa Santos, na América do Sul “la utopia tiene un gran futuro porque este es el continente donde ha nacido el Foro Social Mundial y que se ha mantenido con la idea de que ‘otro mundo es posible’ “(2008). Daí que, à guisa de conclusão, nos permitamos acompanhar este autor quando também diz que talvez seja “muy posible que la utopia concreta se esté concretando sin que la gente se dé cuenta porque no tenemos ojos para verla, ni emociones para sentirla, ni deseos para desearla”<sup>15</sup> (2010b;148).

---

terá aumentado substancialmente e encontra-se em expansão. Para Fiori, o desenvolvimento do sistema-mundo dá-se de forma incremental, ou seja, o sistema internacional é um «universo em expansão contínua» e os seus momentos conjunturais críticos são «explosões expansivas» (Fiori;Medeiros;Serra: 2008);(Fiori:2009).

<sup>15</sup> Relembremos que a concepção “altermundialista” de B. de Sousa Santos (2005a) assenta nas dinâmicas das mobilizações de ‘capacidades colectivas’ – a ‘globalização contra-hegemónica’ – que (debaixo para cima) corroem e criam fissuras no processo da globalização liberal-capitalista (“que lutam contra as conseqüências económicas, sociais e políticas da globalização hegemónica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas”); propondo ou/e gerando também alternativas aos princípios e axiomas da sua matriz ideo-filosófica, científica e cultural, constituída pelo pensamento Ocidental, na sua versão hegemónica, que, para este autor, se caracteriza como sendo um “pensamento abismal” (2010a). Daí que ele fale de “utopia concreta” e, concomitantemente, de “radicalização da democracia e dos direitos humanos” e preveja que “es posible que la transformación del mundo ocurra por caminos no previstos o imaginados en el catálogo de la emancipación social preparado para el mundo por las fuerzas progresistas de Occidente” (2010b;147).



Bibliografia citada ou/e referida:

Amorim, Celso (2009), « A integração sul-americana ». In: revista Diplomacia, Estratégia & Política (Brasil), nº 10, p. 5-26.

Amorim, Elaine R. Aguiar e Árias, Santiane (2009), “Neoliberalismo e Lutas Sociais: a emergência dos movimentos piqueteros e altermundialistas no contexto neoliberal”. In: Mediações: Revista de Ciências Sociais (Brasil), vol. 14, nº 2, p. 231-251.

Anderson, Perry (1995) “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (org.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: editora, Paz e Terra, p. 9-23 (10ª reimpressão de 2010).

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009), “Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria económica”. In: revista Estudos Avançados, (Brasil), 23 (66), p.7-23.

Chesnais, François; Duménil, Gérard; Lévy, Dominique; Wallerstein, Immanuel (2003), Uma Nova Fase do Capitalismo?. São Paulo e Campinas: editora Xamã e Cemarx.

Cienfuegos Mateo, Manuel; Sanahuja Perales, José António (org.) (2010), Una región en construcción. Unasur y la integración en América del Sur. Barcelona: Fundación CIDOB.

Coussy, Jean (2003), “Les politiques publiques dans la mondialisation: un retour?”. In : revista L'Économie politique, Paris, nº 17, p. 42-59.

Cunha, André Moreira; Ferrari, Andrés (2009), « A Argentina depois da conversibilidade : um caso de novo desenvolvimentismo?». In: Revista de Economia Política (Brasil), vol. 29, nº1, p. 3-23.

Daudelin, Jean (2010), “Le Brésil comme puissance: portée et paradoxes’ . In : revista Problèmes d'Amérique Latine, Paris ; ed. Choiseul, nº 78, p. 29-46.

Dulci, Otavio Soares (2009), “Economia e política na crise global”. In: revista Estudos Avançados, (Brasil), 23 (65), p. 105-119.



18

Fiori, José Luís; Medeiros, Carlos; Serra, Franklin (2008), O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Editora Record.

Fiori, José Luís (2009), “Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão”. In: revista Diplomacia, Estratégia & Política, (Brasil), Janeiro/Março, nº 9, p. 35-44.

\_\_\_\_\_ (2010), “Uma revolução intelectual”. In: Carta maior de 30/09/2010, (Brasil). <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em 03/04/2011.

\_\_\_\_\_ (2011) “Tópicos da agenda internacional: algumas notas críticas”. In: revista Margem Esquerda, (Brasil), nº16, p. 29-33.

Fonseca, Luiz Henrique (2008). “La visión de Brasil sobre la cooperación internacional”. Revista Española de Desarrollo y Cooperación, n. 22, p. 63-77.

Garcia, Carlos Alberto Chaves (2010), “La inserción internacional de Sudamérica: la apuesta por la Unasur”. In: Ícones. Revista de Ciencias Sociales (Equador), nº 38, p. 29-40.

Granato, Leonardo; Oddone, Nahuel (2010), “Alianza Bolivariana y Unasur a la búsqueda de autonomía: orígenes y objetivos”. In: revista Intellector, (Brasil) volume VII, nº 13. Disponível em [www.revistaintellector.cenegri.org](http://www.revistaintellector.cenegri.org). Acesso em 03/03/2011.

Lula da Silva, Luiz Inácio (2003a), Discurso no XXXIII Fórum Económico Mundial, em 26/01/2003, Davos (Suíça). Disponível em <http://www.noucicle.org/left/dicurslula2.html>. Acesso em 24/03/2011.

\_\_\_\_\_ (2003b), Discurso de Posse na Presidência do Brasil, em 01/01/2003. Disponível em: <http://www.sfipec.org.br>. Acesso em 24/03/2011.

\_\_\_\_\_ (2003c), Discurso na abertura da 58ª Assembleia-geral da ONU, Nova Iorque, em 23/09/2003. Disponível [http em //www4.planalto.gov.br/](http://www4.planalto.gov.br/). Acesso em 24/03/2011.

\_\_\_\_\_ (2005), Discurso na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global” em 13/07/2005, Paris. Disponível [http em //www4.planalto.gov.br/](http://www4.planalto.gov.br/). Acesso em 24/03/2011.

Oliveira, Marcelo Fernandes de (2005), “Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (2), p. 55-69.

Ruiz, José Briceño (2010), “La Unasur: continuum o un nuevo inicio del regionalismo sudamericano”. In: Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe, nº 8, p. 103-121.

Saint-Pierre, Héctor Luis (2009), La defensa en la política exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa. Madrid: Real Instituto Elcano, Documento de trabajo, nº 50. Disponível em [www.realinstitutoelcano.org](http://www.realinstitutoelcano.org). Acesso em 10/12/2010.



19

Santos, Boaventura de Sousa (2005a), “A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, (Coimbra), 72, Outubro: p. 7-44.

\_\_\_\_\_ (2005b). O Fórum Social Mundial. São Paulo: editora Cortez.

\_\_\_\_\_ (2008), “La Democracia en América Latina y el Futuro da Utopia”. Entrevista dirigida por Alexis V. Pinilla Díaz, Caja de Herramientas (n° 40) - Corporación Viva la Ciudadanía (Colômbia).

\_\_\_\_\_ (2010a) Para descolonizar Occidente: más allá del pensamiento abismal. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros.

\_\_\_\_\_ (2010b) “La democracia revolucionaria, un proyecto para el siglo XXI”. Entrevista dirigida por Antoni Jesús Aguiló Bonet, Revista Internacional de Filosofía Política (Madrid), Outubro, n° 35: p. 117-148.

Saraiva, Miriam Gomes (2010), “Política externa brasileira para os países sulamericanos e os processos de integração na região: crenças na formulação e pragmatismo na prática”. In: Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe, n° 8, p. 77-91.

\_\_\_\_\_ (2007), “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 50 (2), p. 42-59.

Saraiva, Miriam Gomes; Ruiz, José Briceño (2009), “Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 52 (1), p. 149-166.

Sarti, Ingrid (2011), “A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas”. No prelo.

Sawaya, Rubens R. (2009) “Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial?”. In: revista Estudos Avançados, (Brasil), 23 (66), p. 53-70.

Spektor, Matias (2010), “Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 53 (1), p. 35-49.

Trein, Franklin; Cavalcanti, Flávia Guerra (2007), “Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe – A Cúpula de Viena”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 50 (1), p. 66-85.

Vigevani, Tullo (2009), “Mudanças da inserção brasileira na América Latina”. In: revista Lua Nova (Brasil), n° 78, p. 37-75.

Vigevani, Tullo; Oliveira, Marcelo F. de; Cintra, Rodrigo (2003), “Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração”. In: revista Tempo Social (Brasil), vol. 15, n° 2, p. 31-61.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

20

Vizentini, Paulo Fagundes (2005), “De FHC a Lula: uma década de política externa (1995 – 2005)”. In: Civitas: Revista de Ciências Sociais (Brasil), vol. 5, nº2, p. 381-397.